**EDITAL**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº** 4/2016

Processo nº 444701/2016

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Distrito Federal (CAU/DF), por meio do Pregoeiro designado pela Portaria nº 7, de 21 de março de 2016, sediado no SEPS 705/905, bloco “A”, salas 401/406, Centro Empresarial Santa Cruz, CEP 70.390-055, Brasília (DF), realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO por item**, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 11 de outubro de 2010, da Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto n° 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e outras normas aplicáveis ao objeto deste certame e das exigências estabelecidas neste Edital e em seus anexos.

Data da sessão: **16 de dezembro de 2016**

Horário: **10hs (horário de Brasília/DF)**

Local: Portal de Compras do Governo Federal <www.comprasgovernamentais.gov.br>

UASG: **926357**

E-mail: [**licitaCAU@caudf.gov.br**](mailto:licitaCAU@caudf.gov.br)

1. **INFORMAÇÕES PRELIMINARES**
   1. O inteiro teor deste Edital poderá ser obtido gratuitamente no sítio eletrônico do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Distrito Federal (CAU/DF), [www.caudf.gov.br](http://www.caudf.gov.br), no [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), ou solicitado ao Pregoeiro ou Equipe de Apoio na sede do Conselho, no horário de 09h00min as 15h00min, mediante pagamento pelas cópias reprográficas.
   2. Se por qualquer motivo não houver expediente no CAU/DF no dia agendado para abertura da sessão pública, esta ficará automaticamente transferida para o primeiro dia útil seguinte, no mesmo horário, independente de comunicação.
   3. As decisões do Pregoeiro dar-se-ão publicidade no sítio eletrônico do CAU/DF, salvo em relação àquelas cuja publicação e ciências puderem ser feitas diretamente aos licitantes participantes da sessão pública, principalmente, quanto ao resultado de:
      1. Julgamento da licitação; e
      2. Recursos porventura interpostos.
   4. Os esclarecimentos e decisões quanto à impugnação e recursos serão divulgados no sítio eletrônico do CAU/DF, ficando os licitantes, desde já, cientes que a publicidade ocorrerá exclusivamente no referido local.
   5. A participação na licitação, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o Edital importa em total e irrestrito conhecimento e aceitação das condições estatuídas, ou seja, de que os elementos são suficientes, claros e precisos, não cabendo, portanto, posterior reclamação.
   6. Os licitantes deverão observar o disposto no subitem 1.3, sob pena de arcar com os prejuízos decorrentes da inobservância das publicações oficiais.
2. **OBJETO**
   1. A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada em produção, impressão e fornecimento de materiais gráficos de divulgação institucional, mediante regime de empreitada por preço unitário, conforme condições, quantidades e especificações constantes no Termo de Referência, anexo I, parte integrante deste Edital.
   2. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no site de compras do Governo Federal e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.
3. **LOCAL, DATA E HORÁRIO DA SESSÃO PÚBLICA**
   1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, no local, na data e no horário discriminado no preâmbulo deste edital.
4. **CREDENCIAMENTO**
   1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.
   2. O cadastro no SICAF poderá ser iniciado no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, com a solicitação de *login* e senha pelo interessado.
   3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
   4. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema, ou ao CAU/DF, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
   5. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.
5. **CONDIÇÕES DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO**
   1. A participação neste Pregão é **exclusiva** à microempresa, à empresa de pequeno porte e sociedade cooperativa, enquadradas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com credenciamento regular no SICAF, conforme disposto no §3º do artigo 8º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010.
   2. Não poderão participar desta licitação:
      1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
      2. Que estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação; e/ou
      3. Que estejam reunidas em consórcio.
   3. Também é vedada a participação de quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993.
   4. Como condição para participação no Pregão, a entidade de menor porte deverá declarar:
      1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.
   5. Deverá assinalar, ainda, “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
      1. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;
      2. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
      3. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição; e
      4. Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 16 de setembro de 2009.
6. **ENVIO DA PROPOSTA**
   1. O licitante deverá encaminhar a proposta por meio do sistema eletrônico até a data e horário marcado para abertura da sessão, quando então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.
   2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília (DF).
   3. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
   4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
   5. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.
   6. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, do valor unitário ofertado para o item.
   7. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a licitante.
   8. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.
   9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
7. **CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**
   1. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando, desde logo, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.
      1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
      2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
      3. Qualquer elemento que possa identificar a licitante importa desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas nesse Edital.
   2. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
   3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
   4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
      1. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item.
   5. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
   6. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser 3 (três) segundos.
      1. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com a norma deverão ser desconsiderados pelo Pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.
      2. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.
   7. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
      1. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances concorrentes não poderá ser inferior a três (3) segundos.
   8. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
   9. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
   10. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
   11. Se a desconexão perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes.
   12. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
   13. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.
   14. Eventual empate entre propostas, o critério de desempate será aquele previsto no artigo 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993.
   15. Persistindo o empate, o critério de desempate será o sorteio, em ato público para o qual os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.
   16. Não será admitida a desistência da proposta/lance, após o início ou o encerramento da fase de lances.
   17. Excepcionalmente, após o encerramento da fase de lances, poderá ser acatado o pedido de desistência da proposta, em razão de motivo justo devidamente comprovado pela licitante, decorrente de fato superveniente, e aceito pelo Pregoeiro.
   18. Não restando comprovado o atendimento aos requisitos fixados no subitem acima, a licitante desistente ficará sujeita a aplicação das sanções previstas neste Edital.
   19. O não encaminhamento da documentação afeta a proposta, após a convocação pelo Pregoeiro, conforme prazo estipulado pelo Pregoeiro, caracteriza desistência para fins de aplicação das penalidades cabíveis.
   20. Com base na orientação emitida pela SLTI/MPOG, em face do teor do Acórdão TCU nº 754/2015 – Plenário, na hipótese de ocorrência de desistência injustificada de proposta/lance, o Pregoeiro autuará processo administrativo para a penação da(s) licitante(s) convocada(s), já que tal prática se consubstancia em ato ilegal, previsto no rol do art. 7º, da Lei 10.520, de 2002.
8. **ACEITABILIDADE DA PROPOSTA E JULGAMENTO**
   1. Para julgamento das propostas será adotado o critério menor preço por item atendidas as especificações contidas neste Edital.
   2. Encerrada a etapa de lances e depois da verificação de possível empate, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço, a sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.
   3. Não será aceita a proposta ou lance vencedor cujo preço seja incompatível com o estimado pela Administração ou manifestamente inexequível.
   4. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
   5. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital, por meio de funcionalidade disponível no sistema, estabelecendo no *“chat”* prazo razoável para tanto, sob pena de não aceitação da proposta.
      1. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.
         1. O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.
   6. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
   7. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no *“chat”* a nova data e horário para a continuidade da mesma.
   8. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.
      1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.
      2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
9. **ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA**
   1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo máximo de 2 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:
      1. Ser redigida em língua portuguesa, digitada em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.
      2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.
   2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.
      1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.
10. **HABILITAÇÃO**
    1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
       1. SICAF;
       2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União [www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
       3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo CNJ [www.cnj.jus.br/improbidade\_adm/consultar\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).
       4. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;
       5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
       6. Constatada a existência de sanção que impeça a participação, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.
    2. **Qualificação Técnica:**
       1. O licitante deverá apresentar, no mínimo, 1 (um) atestado de capacidade técnica, nos moldes do art. 30, II, da Lei nº 8.666, de 1993, e cujas atividades sejam pertinentes e compatíveis em características e quantidade com o objeto do presente instrumento, expedidos por entidades públicas ou privadas.
       2. O atestado deverá comprovar que a empresa fornece ou forneceu, a contento, os serviços compatíveis com o objeto deste certame, em quantidades e características assim descritas.
    3. **Qualificação Econômico-Financeira:**
       1. Os licitantes deverão apresentar balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei que comprovem a boa situação financeira do licitante, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.
       2. A comprovação da boa situação financeira do licitante poderá ser feita por intermédio de documento que demonstre o cálculo dos índices contábeis maiores ou iguais a 1 (um) para Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) a serem extraídos das demonstrações contábeis citadas no item anterior, resultante da aplicação das seguintes fórmulas:

**LIQUIDEZ GERAL**:

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

LG = -----------------------------------------------------------

Passivo Circulante + Exigível Longo Prazo

**SOLVÊNCIA GERAL**:

Ativo Total

SG = -----------------------------------------------------------

Passivo Circulante + Exigível Longo Prazo

**LIQUIDEZ CORRENTE**:

Ativo Circulante

LC = ------------------------------------------------------------

Passivo Circulante

* 1. Alternativamente, o licitante que não atender ao disposto no subitem 9.3, deverá comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação constante neste Edital.
  2. O licitante deverá apresentar ainda, a Certidão Negativa de falência ou concordata, ou de recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.
     1. Também serão consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o(s) licitante(s) estiver(em) com alguma documentação vencida junto ao SICAF.
     2. Caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente através do sítio oficial, ou na hipótese de se encontrar vencida no referido sistema, o licitante será convocado a encaminhar, no prazo de 2 (duas) horas, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal.
  3. Os licitantes que não estiverem cadastrados no SICAF além do nível de credenciamento exigido pela Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010, deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica, Regularidade Fiscal e trabalhista:
     1. **Habilitação jurídica:**
        1. Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
        2. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
        3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
        4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
        5. No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do artigo 8° da Instrução Normativa n° 103, de 30/04/2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio - DNRC;
        6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
        7. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;
     2. **Regularidade fiscal e trabalhista:**
        1. Prova de regularidade com a Fazenda Nacional (certidão conjunta, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, quanto aos demais tributos federais e à Dívida Ativa da União, por elas administrados;
        2. Prova de regularidade com as Fazendas estaduais, municipais ou distrital;
        3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); e
        4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da consolidação das leis do trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
  4. Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
  5. Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal, o licitante será convocado para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período.
     1. A não regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para os quais será concedido o mesmo prazo especial para a regularização da situação fiscal.
  6. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no *“chat”* a nova data e horário para a continuidade da mesma.
  7. Será inabilitado, sem prejuízo das sanções cabíveis, o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
  8. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

1. **RECURSO**
   1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo vinte minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.
   2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.
      1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.
      2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.
      3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
   3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
   4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.
2. **ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**
   1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.
   2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.
3. **CONTRATO**
   1. Após a homologação da licitação, será firmado Termo de Contrato ou emitido Nota de Empenho ou ainda instrumento equivalente, vinculado à proposta e aos termos deste Edital. O prazo de vigência da contratação será de 6 (seis) meses a partir da data de sua assinatura.
   2. Previamente à contratação, será realizada consulta ao SICAF, pela contratante, para identificar possível proibição de contratar com o Poder Público.
      1. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar a Nota de Empenho, conforme o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
      2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite da Nota de Empenho, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite do adjudicatário, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.
   3. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
   4. Antes da assinatura do Termo de Contrato ou aceite da Nota de Empenho, a Administração realizará consulta “on line” ao SICAF, bem como ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados – CADIN, cujos resultados serão anexados aos autos do processo.
      1. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 5 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.
   5. Se o adjudicatário, no ato da assinatura do Termo de Contrato ou aceite da Nota de Empenho, não comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se à assinatura ou aceite, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após a verificação da aceitabilidade da proposta, negociação e comprovados os requisitos de habilitação, celebrar a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais.
4. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**
   1. As despesas decorrentes desta licitação correrão por conta dos recursos consignados no Orçamento do CAU/DF, dotações orçamentárias: n° 6.2.2.1.1.01.04.04.028 – Outras Despesas do Centro de Custo Fiscalização 2016 e n° 6.2.2.1.1.01.04.04.028 – Outras Despesas do Centro de Custo Comunicação CAU/DF.
5. **LOCAL DE ENTREGA E RECEBIMENTO**

15.1. A entrega dos materiais deverá ocorrer na sede do CAU/DF, situado na SEPS 705/905, bloco "A", sala 406, Centro Empresarial Santa Cruz, Brasília/DF, CEP: 70.390-055, no horário de expediente, das 9h00min às 15h00min, de segunda e sexta-feira, ou em outro de maior conveniência conforme notificação prévia do Conselho.

* 1. Antes da impressão gráfica final de qualquer material, seja de papelaria seja de divulgação institucional, a empresa deverá apresentar, às suas expensas, prova para análise e posterior aprovação do CAU/DF, sem comprometer o prazo de entrega previsto.
  2. Para todos os materiais impressos devem ser inclusos os serviços de pré-impressão (CTP) necessários à execução do trabalho.
  3. As artes finais serão fornecidas pelo CAU/DF em CorelDraw ou em imagem/arquivo (.JPG ou .PDF) e transmitidas da maneira que for mais conveniente ao CAU/DF e à gráfica em comum acordo (FTP, CD´s, Dropbox, por meio de um representante, etc.). Elas deverão estar em alta resolução (300 dpi), ficando a cargo da empresa licitada, quando necessário, o tratamento das imagens e a sua aplicação no tamanho determinado para compor a arte final.
  4. Fica estabelecido o prazo de 15 (quinze) dias úteis para a entrega do objeto do contrato, a contar da data de entrega da arte final dos materiais de papelaria à gráfica.
  5. Após a elaboração da prova, a empresa deverá enviá-la ao CAU/DF para conferência e autorização da execução do serviço, sem comprometimento do prazo.
  6. Concluído o pedido, este deve ser entregue na sede do CAU/DF para verificação e posterior liberação do pagamento.

1. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DA CONTRATANTE**
   1. As obrigações da Contratada e da Contratante são as estabelecidas nas cláusulas sétima e oitava da minuta de contrato, respectivamente, anexo II, deste instrumento.
2. **PAGAMENTO**
   1. O pagamento será realizado após a apresentação do documento fiscal exigível em conformidade com a legislação e discriminando todas as importâncias devidas, além das informações sobre o banco, agência e número da conta corrente da contratada.
   2. O documento fiscal referido no item anterior deverá destacar as retenções previstas na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012 e demais legislações pertinentes.
   3. Na hipótese de a contratada ser optante do simples, a fim de afastar a retenção de tributos, conforme art. 4º, XI, da Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012, deverá anexar à fatura declaração assinada pelo representante legal, sob as penas da lei.
   4. Recebido o documento fiscal exigível, o CAU/DF providenciará sua aferição e, após aceitação, efetuará o pagamento no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da apresentação da respectiva nota fiscal/fatura.
   5. O atraso no pagamento do documento fiscal emitido, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, sujeitará o CAU/DF ao pagamento de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, até o efetivo pagamento, além da atualização monetária.
   6. O CAU/DF reserva-se o direito de não efetuar o pagamento se, no ato da atestação, o produto não estiver de acordo com a especificação exigida.
   7. Havendo erro na emissão do documento de cobrança ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, como rasuras, entrelinhas, tal documento será devolvido à contratada e o pagamento ficará pendente até que sejam sanados os problemas. Nesta hipótese, o prazo para pagamento será reiniciado após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando quaisquer ônus para o CAU/DF.
   8. A simples existência da relação contratual sem a contraprestação do serviço não enseja nenhum pagamento à contratada.
   9. O CAU/DF não se responsabilizará pelo pagamento de quaisquer serviços realizados sem a solicitação e autorização do fiscal do contrato.
   10. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento do valor, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX) I = (6/100) I = 0,00016438

1. TX = Percentual da taxa anual = 6%
2. **SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**
   1. Se no decorrer da **sessão pública da licitação** ou **na execução do objeto** do presente Edital, ficar comprovada a existência de qualquer irregularidade ou ocorrer inadimplemento pelo qual possa ser responsabilizada a licitante/contratada, esta, sem prejuízo das demais sanções previstas nos artigos 86 a 88, da Lei n.º 8.666, de 1993, poderá sofrer as seguintes penalidades:
3. advertência por escrito;
4. multa de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da proposta ou lance ofertado pela licitante desistente devidamente atualizado, na hipótese de desistência injustificada do lance, após o encerramento da fase de lances, conforme previsto nos subitens 7.16, 7.17, 7.18, 7.19 e 7.20 deste Edital, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas no art. 28, do Decreto n.º 5.450, de 2005, inclusive de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, previsto no subitem 19.5 deste Edital;
5. multa de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do item inserto na proposta ou lance final ofertado devidamente atualizado, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas no art. 87, da Lei n.º 8.666, de 1993, na hipótese de recusa injustificada da licitante vencedora em assinar Contrato e/ou retirar a Nota de Empenho, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, caracterizando inexecução total das obrigações acordadas;
6. multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação devidamente atualizado quando for constatado o descumprimento de qualquer obrigação prevista neste Edital e/ou no Termo de Referência e/ou no Contrato;
7. pelo atraso injustificado para entrega do objeto, multa de 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) incidente sobre o valor total da contratação, por dia de atraso, a ser cobrada pelo período máximo de 30 (trinta) dias. A partir do 31º (trigésimo primeiro) dia de atraso, o contrato poderá ser rescindido;
8. multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da contratação, nos casos de rescisão contratual por culpa da contratada.
   1. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas na Lei nº 8.666, de 1993 e no art. 28, do Decreto n.º 5.450, de 2005, inclusive a responsabilização da licitante vencedora por eventuais perdas e danos causados ao Conselho.
   2. A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pelo CAU/DF.
   3. O valor da multa poderá ser descontado da Nota Fiscal/Fatura ou de crédito existente no CAU/DF, em favor da contratada, sendo que, caso o valor da multa seja superior ao crédito existente, a diferença será cobrada na forma da lei.
   4. A licitante que, convocada no prazo de validade da sua proposta, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do objeto desta licitação, não mantiver a proposta/lance, falhar ou fraudar na execução do objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, além de ser descredenciada do SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital, no Contrato e das demais cominações legais.
   5. As sanções previstas neste Edital são independentes entre si, podendo ser aplicadas de forma isolada ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.
   6. Não será aplicada multa se, justificada e comprovadamente, o atraso na execução do objeto advier de caso fortuito ou de força maior.
   7. A atuação da CONTRATADA no cumprimento das obrigações assumidas será registrada no Sistema Unificado de Cadastro de Fornecedores – SICAF, conforme determina o § 2º, do artigo 36, da Lei nº 8.666, de 1993.
   8. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções, serão assegurados à licitante vencedora o contraditório e a ampla defesa.
9. **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**
   1. Até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.
   2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica pelo e-mail [licitaCAU@caudf.gov.br](mailto:licitaCAU@caudf.gov.br), ou por petição dirigida ao Pregoeiro do CAU/DF e protocolada no endereço SEPS 705/905, bloco “A”, salas 401/406, Edifício Santa Cruz, CEP 70.390-055, Brasília (DF).
   3. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de até vinte e quatro horas.
   4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
   5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 3 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no preâmbulo deste Edital.
   6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
   7. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro serão entranhados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.
10. **DISPOSIÇÕES FINAIS**
    1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
    2. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
    3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
    4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
    5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
    6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
    7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
    8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
    9. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.caudf.gov.br, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço SEPS 705/905, bloco “A”, salas 401/406 e 417/419, Centro Empresarial Santa Cruz, CEP 70.390-055, Brasília (DF), nos dias úteis, no horário das 9h00min às 15h00min, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.
11. **ANEXOS**
    1. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
       1. ANEXO I – Termo de Referência
       2. ANEXO II – Minuta Termo de Contrato
12. **FORO**
    1. As questões decorrentes da execução deste Edital, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no Foro de Brasília, Seção Judiciária do Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, salvo, nos casos previstos no artigo 102, inciso I, alínea “d” da Constituição Federal.

Brasília (DF), 2 de dezembro de 2016.

**ANDERSON VIANA DE PAULA**

Pregoeiro

Portaria CAU/DF nº 7/2016

**- ANEXO I -**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

Processo nº 444701/2016

1. **OBJETO**
   1. Constitui objeto deste Termo de Referência contratação de empresa especializada a contratação de empresa especializada em produção, impressão e fornecimento de materiais gráficos de divulgação institucional, mediante regime de empreitada por preço unitário, conforme especificações contidas neste Termo de Referência, com os detalhamentos a seguir:

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **ITEM** | **Dimensões** | **Material** | **Cor** | **Acabamento** | **Qtd. de modelos** | **Qtd. total** | **Observações** |
| **1 - Folder**  (modelo 1) | A4 | Couchê fosco, 250gr | 4x4 | 2 dobras | 6 (seis) | 9.000 unidades | 1.500 unidades de cada modelo a ser impresso |
| **2 - Cartilha**  (modelo 2) | 320mm x 150 mm (aberta) / 110mm x 150mm (fechado) | Miolo: Off-set 90g, aproximadamente 60 folhas avulsas, com impressão frente e verso, totalizando 120 páginas de miolo  Capa: couchê fosco, com laminação fosca, 250gr | Miolo: 4x4  Capa: 4x1 | Brochura, miolo colado, com lombada quadrada de 10mm;  Capa com 2 (duas) orelhas de 55mm x 150mm | 2 (dois) | 5.000 unidades | 2.500 unidades de cada modelo a ser impresso |
| **3 - Cartões postais**  (modelo 3) | A6  (148cm x 105cm) | Couchê fosco, 300gr | 4x4 | Cantos retos com laminação fosca Boop frente | 2 (dois) | 1.000 unidades | 500 unidades de cada modelo a ser impresso |
| **4 - Bloco de notas** | 15cm x 20cm (fechado) | Capa e contracapa: Couchê fosco, 150g  Miolo: off-set, 20 folhas | Capa: 4x0  Miolo branco | Colado com destaque | 1 (um) | 2.500 unidades | Impressão |
| **5 - Pasta A4**  (modelo 4) | 44cm x 30 cm (aberto), 22cm x 30cm (fechado) | Couchê fosco com laminação Boop fosca frente e verso, 300g | 4x1 | 1 (uma) dobra com bolso interno no tamanho de 21,5cm x 8cm | 1 (um) | 1.000 unidades | Impressão |
| **6 - Envelope saco personalizado** | 230mm x 320mm (fechado) | Sulfite, 120gr, branco | 4x4 | Aba no tamanho de 230mm x 5mm, cor 4x0 e corte dos cantos na diagonal.  Faca especial e colagem | 1(um) | 1.000 unidades | Impressão e Montagem |
| **7- Porta-carteira**  (modelo 5) | 297mm x 105mm (aberto) | Couchê fosco, 250gr | 4x4 | 1 dobra, 4 picotes na parte interna para encaixe de cartão | 1(um) | 1.500 unidades | Impressão |
| **8 - Pen-card** | 8,3cm x 5,2cm | Cartão digital em plástico | 4 x 0 | Gravação digital em 1 lado | 1 (um) | 1.000 unidades | Capacidade mínima: 4GB |
| **9 - Sacolas ecológicas** | 28cm x 35cm | Algodão cru ou similar | 5x0 | Gravação em silk screen, 5 cores | 1 (um) | 1.000 unidades | Gravação |
| **OBSERVAÇÃO: Os modelos dos materiais estão anexados neste Termo de Referência** | | | | | | | |

* 1. **Antes da impressão gráfica final de qualquer material, seja de papelaria seja de divulgação institucional, a empresa deverá apresentar prova para análise e posterior aprovação do CAU/DF, sem comprometer o prazo de entrega previsto.**

1. **JUSTIFICATIVA**
   1. A impressão dos materiais de papelaria institucional para uso interno e de materiais de divulgação do Conselho (cartilhas, folderes, envelopes, pen-card, entre outros) se torna necessária, pois confere o caráter formal e oficial necessário aos documentos expedidos por uma autarquia federal, bem como promove as ações e os serviços realizados pelo Conselho em prol do aprimoramento e da valorização da profissão.
   2. Portanto, se justifica a impressão para que atinja os objetivos de identificação deste Conselho por seus profissionais, empresas, instituições de ensino e sociedade em geral, de forma que o CAU/DF consiga se comunicar com clareza e eficácia, conferindo maior visibilidade e credibilidade aos seus atos administrativos. Além disso, reforça a imagem institucional conquistada ao longo de quatro anos de atuação, por meio de materiais impressos que ajudam a divulgar as ações e os serviços direcionados aos profissionais que representa e à sociedade em geral.
   3. Dessa maneira, a contratação de empresas especializadas e/ou gráficas que realizem os serviços em questão é necessária e conveniente, a fim de que a Assessoria de Comunicação possa promover as ações prevista no Plano de Ação deste Conselho corretamente, bem como as demais Assessorias do CAU/DF que virão a usufruir dos referidos materiais impressos de acordo com o seu fim e sua conveniência.
2. **NECESSIDADE**

* 1. A divulgação institucional do CAU/DF por meio de seus materiais gráficos é necessária para que o Conselho alcance seus objetivos plenos como entidade representativa, tendo em vista que as ações e os serviços prestados pela autarquia precisam chegar ao conhecimento de todos os profissionais e da sociedade para que possam deles usufruir. Portanto, faz-se necessária a impressão de materiais de papelaria e os materiais de divulgação em gráfica, de acordo com a sua identidade visual.

1. **APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS**
   1. A contratação dos serviços será por valor individual, contendo o preço unitário de cada um dos itens que compõem as especificações e quantitativos, obedecendo-se os prazos estipulados.
   2. Será considerada vencedora a empresa cuja proposta contenha o menor preço unitário, desde que atenda às exigências contidas neste Termo de Referência e anexos.
   3. A empresa consagrada vencedora deverá apresentar amostras das peças gráficas, conforme atributos técnicos solicitados ou superiores.
2. **JULGAMENTO**
   1. O critério de julgamento será feito mediante menor valor individual e/ou unitário.
3. **FORMALIZAÇÃO E VIGÊNCIA DO CONTRATO**
   1. Para a prestação de serviços gráficos será formalizado contrato administrativo, estabelecendo, em suas cláusulas, todas as condições, obrigações e responsabilidades entre as partes, em conformidade com o Edital, com este Termo de Referência, com os anexos, e com a proposta de preços da empresa adjudicatária.
   2. O período de vigência da contratação será de 6 (seis) meses a partir da data de sua assinatura.
   3. Não poderão ser produzidos materiais diferentes do especificado no Termo de Referência, a não ser que a gráfica vencedora ofereça um material e/ou produto qualidade superior ao que foi orçado inicialmente, desde que se mantenha o preço proposto, e a prévia aprovação do CAU/DF.
4. **PRAZO PARA INÍCIO E ENTREGA DOS MATERIAIS**
   1. A empresa deverá iniciar os serviços descritos no Termo de Referência dentro do prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da assinatura do contrato.
   2. Antes da impressão gráfica final de qualquer material, seja de papelaria seja de divulgação institucional, a empresa deverá apresentar prova para análise e posterior aprovação do CAU/DF, sem comprometer o prazo de entrega previsto.
   3. Para todos os materiais impressos devem ser inclusos os serviços de pré-impressão (CTP) necessários à execução do trabalho.
   4. As artes finais serão fornecidas pelo CAU/DF em CorelDraw ou em imagem/arquivo (.JPG ou .PDF) e transmitidas da maneira que for mais conveniente ao CAU/DF e à gráfica em comum acordo (FTP, CD´s, Dropbox, por meio de um representante, etc.). Elas deverão estar em alta resolução (300 dpi), ficando a cargo da empresa licitada, quando necessário, o tratamento das imagens e a sua aplicação no tamanho determinado para compor a arte final.
   5. Fica estabelecido o prazo de 15 (quinze) dias úteis para a entrega do objeto do contrato, a contar da data de entrega da arte final dos materiais de papelaria à gráfica.
   6. Após a elaboração da prova, a empresa deverá enviá-la ao CAU/DF para conferência e autorização da execução do serviço, sem comprometimento do prazo.
   7. Concluído o pedido, este deve ser entregue na sede do CAU/DF para verificação e posterior liberação do pagamento.
5. **ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS**
   1. A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada por empregado do CAU/DF, designado por Portaria Administrativa, na condição de Fiscal do Contrato, o qual deverá atestar previamente a Nota Fiscal do fornecimento, quando comprovada a sua fiel e correta execução.
   2. Sem prejuízo da plena responsabilidade da empresa perante o CAU/DF ou terceiros, os serviços estarão sujeitos a mais ampla e irrestrita fiscalização, a qualquer hora, em todas as etapas e a presença do empregado do CAU/DF designado como Fiscal do Contrato não diminuirá a responsabilidade da empresa na sua execução.
   3. Ao Fiscal do Contrato caberá aprovar, com prévia antecedência, a produção e execução do serviço demandado, podendo sustar, recusar, mandar refazer elementos sobre os serviços, desde que não estejam de acordo com as especificações técnicas ou recomendações, determinando prazo para a correção de possíveis falhas ou substituições
   4. Ao Fiscal do Contrato fica assegurado o direito de exigir o cumprimento de todos os itens constantes do Termo de Referência, da proposta da empresa e das cláusulas do contrato, além de rejeitar, totalmente ou em parte, qualquer material que não esteja de acordo com as exigências.
6. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DA CONTRATANTE**
   1. As obrigações da Contratada e da Contratante serão as estabelecidas nas cláusulas sétima e oitava da minuta de contrato, respectivamente, anexo II, do Edital do Pregão Eletrônico vinculado a este instrumento.
7. **RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E ESTIMATIVA DE CUSTO**
   1. Os recursos necessários à cobertura das despesas correrão às contas orçamentárias: 6.2.2.1.1.01.04.04.028 – Outras Despesas do Centro de Custo Fiscalização 2016 e 6.2.2.1.1.01.04.04.028 – Outras Despesas do Centro de Custo Comunicação CAU/DF.
   2. O valor total estimado com a aquisição dos materiais relacionados neste Termo de Referência é de R$ 52.687,02 (cinquenta e dois mil seiscentos e oitenta e sete reais e dois centavos).
8. **SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**
   1. Se no decorrer da sessão pública da licitação ou na execução do objeto do presente Edital, ficar comprovada a existência de qualquer irregularidade ou ocorrer inadimplemento pelo qual possa ser responsabilizada a licitante/contratada, esta, sem prejuízo das demais sanções previstas nos artigos 86 a 88, da Lei n.º 8.666, de 1993, poderá sofrer as seguintes penalidades:
9. advertência por escrito;
10. multa de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da proposta ou lance ofertado pela licitante desistente devidamente atualizado, na hipótese de desistência injustificada do lance, após o encerramento da fase de lances, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas no art. 28, do Decreto n.º 5.450, de 2005, inclusive de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, previsto no subitem 19.5 deste Edital;
11. multa de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do item inserto na proposta ou lance final ofertado devidamente atualizado, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas no art. 87, da Lei n.º 8.666, de 1993, na hipótese de recusa injustificada da licitante vencedora em assinar Contrato e/ou retirar a Nota de Empenho, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, caracterizando inexecução total das obrigações acordadas;
12. multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação devidamente atualizado quando for constatado o descumprimento de qualquer obrigação prevista neste Edital e/ou no Termo de Referência e/ou no Contrato;
13. pelo atraso injustificado para entrega do objeto, multa de 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) incidente sobre o valor total da contratação, por dia de atraso, a ser cobrada pelo período máximo de 30 (trinta) dias. A partir do 31º (trigésimo primeiro) dia de atraso, o contrato poderá ser rescindido; e/ou
14. multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da contratação, nos casos de rescisão contratual por culpa da contratada.
    1. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas na Lei nº 8.666, de 1993 e no art. 28, do Decreto n.º 5.450, de 2005, inclusive a responsabilização da licitante vencedora por eventuais perdas e danos causados ao Conselho.
    2. A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pelo CAU/DF.
    3. O valor da multa poderá ser descontado da Nota Fiscal/Fatura ou de crédito existente no CAU/DF, em favor da contratada, sendo que, caso o valor da multa seja superior ao crédito existente, a diferença será cobrada na forma da lei.
    4. A licitante que, convocada no prazo de validade da sua proposta, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do objeto desta licitação, não mantiver a proposta/lance, falhar ou fraudar na execução do objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, além de ser descredenciada do SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital, no Contrato e das demais cominações legais.
    5. As sanções previstas neste Edital são independentes entre si, podendo ser aplicadas de forma isolada ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.
    6. Não será aplicada multa se, justificada e comprovadamente, o atraso na execução do objeto advier de caso fortuito ou de força maior.
    7. A atuação da CONTRATADA no cumprimento das obrigações assumidas será registrada no Sistema Unificado de Cadastro de Fornecedores – SICAF, conforme determina o § 2º, do artigo 36, da Lei nº 8.666, de 1993.
    8. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções, serão assegurados à licitante vencedora o contraditório e a ampla defesa.
15. **CONDIÇÕES GERAIS**
    1. A fiscalização exercida pelo CONTRATANTE não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da CONTRATADA pela completa e perfeita execução do objeto contratual.
    2. Ressaltamos que se porventura alguma situação não prevista neste Termo de Referência ocorrer, todas as consequências de sua existência serão regidas pela Lei nº 10.520, de 2002, e subsidiariamente na Lei nº 8.666, de 1993.
    3. A empresa é responsável pela fiel execução dos serviços compreendidos na presente especificação, assim como outros que durante a execução do contrato poderão advir, os quais serão adaptados de acordo com a necessidade da Administração e oficializados à empresa, independente de termo aditivo.
    4. Toda orientação formal relativa aos serviços proveniente do Conselho passará a fazer parte do contrato e deverá ser fielmente acatada pela CONTRATADA.
    5. O objeto será executado de acordo com as previsões contidas neste Termo de Referência, instrumento convocatório e em seus anexos.
    6. A prestação dos serviços, o objeto deste Termo de Referência, estará restrita à completa observância de suas disposições regulamentares, sendo fiscalizada pelo supervisor, sendo necessária total anuência de um servidor do CAU/DF (gestor do contrato).
    7. O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança dos produtos/serviços, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
    8. A execução do compromisso assumido, como os casos nele omissos, regular-se-ão pelos preceitos de direito público, aplicando-se a eles supletivamente, os princípios da teoria geral de contratos e as disposições do direito privado, na forma do art. 54, c/c o inciso XII, do art. 55, da Lei nº 8.666, de 1993.

Brasília-DF, 2 de dezembro de 2016.

**ANDRÉA LOPES**

Assessoria de Comunicação e Imprensa do CAU/DF

Assessora

**MODELOS DAS PEÇAS GRÁFICAS**

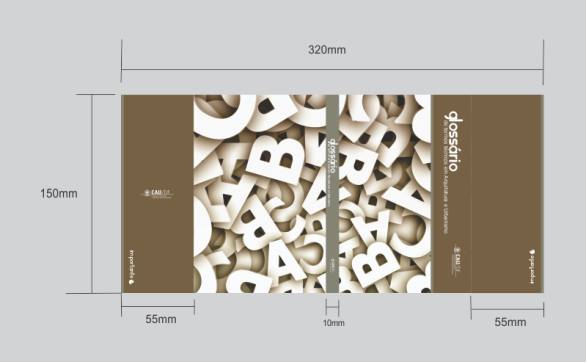
Os modelos abaixo servem de referência e dependerão de aprovação no momento da ordem de serviço.

**MODELO 1: (Item 1) - Folder**



**MODELO: 2**

**(Item 2) - Cartilha**



**MODELO 2**

**(Item 2) - Cartilha**



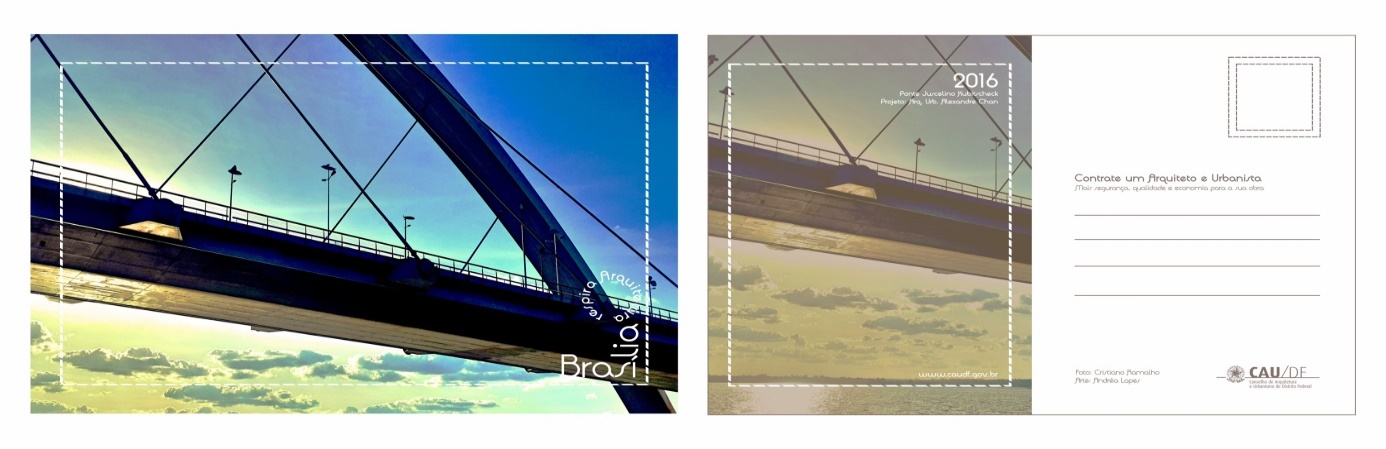
**MODELO 2**

**(Item 2) - Cartilha**



**MODELO 3**

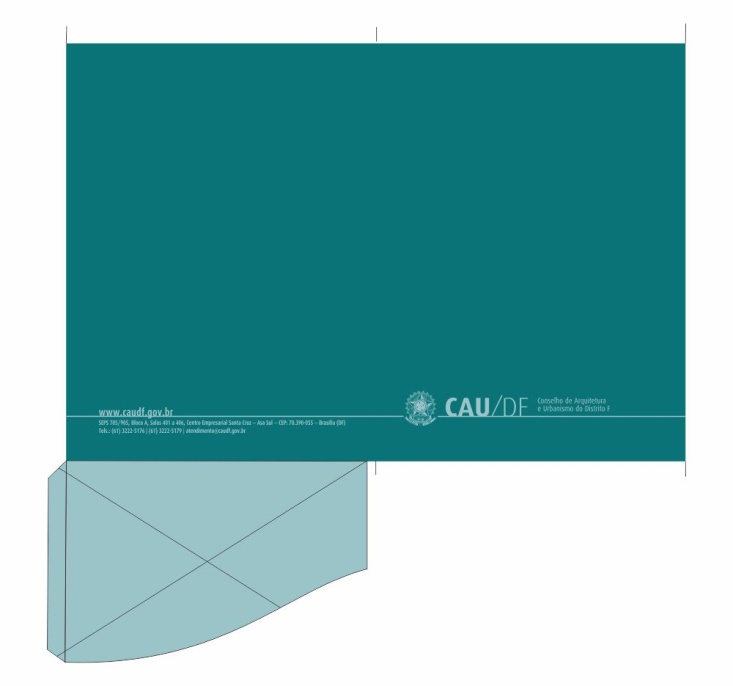
**(Item 3) - Cartões Postais**

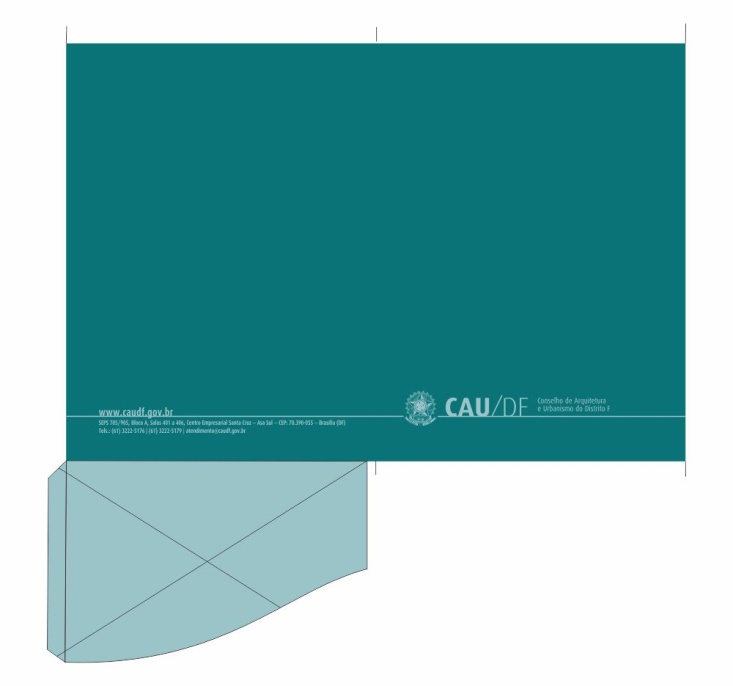




**MODELO 4**

**(Item 5) - Pasta A4**





**MODELO 5**

**(Item 7) - Porta-carteira**

****

**- ANEXO II -**

**MINUTA DE CONTRATO**

**TERMO DE CONTRATO N.º** XX/2016 **QUE ENTRE SI CELEBRAM O** CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO DISTRITO FEDERAL (CAU/DF) **E A EMPRESA \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PRODUÇÃO E FORNECIMENTO DE MATERIAIS GRÁFICOS.**

**CONTRATANTE:** CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO DISTRITO FEDERAL (CAU/DF)**,** autarquia federal de fiscalização profissional constituída na forma da Lei n.º 12.378, de 31 de dezembro de 2010, com sede no SEPS 705/905, BLOCO A, SALAS 401/406 – Centro Empresarial Santa Cruz - Asa Sul, Brasília/DF – CEP nº 70.390-055, CNPJ 14.981.648/0001-09, neste ato representado por seu Presidente Alberto Alves de Faria, nacionalidade, estado civil, profissão, CPF sob o nº xxx.xxx.xxx-xx, residente e domiciliado nesta Capital, doravante denominado **CAU/DF** ou **CONTRATANTE**.

**CONTRATADA: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº. \_\_\_\_\_\_\_\_/\_\_\_\_-\_\_, Inscrição Estadual nº \_\_\_\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_, com sede no \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_\_\_\_\_/UF, neste ato representado por **\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_,** (nacionalidade), (estado civil), (profissão), CPF nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, doravante denominada **CONTRATADA**.

**RESOLVEM**, celebrar o presente contrato instruído no Processo Administrativo nº 444701/2016-CAU/DF (Pregão Eletrônico nº 4/2016), observado o disposto no artigo 55, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, mediante as cláusulas e condições a seguir:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO**

* 1. Constitui objeto do presente contrato a contratação de empresa especializada em produção e fornecimento de material gráfico, conforme condições, quantidades e especificações constantes no Termo de Referência, Anexo I, ao Edital do referido Pregão Eletrônico.
  2. Itens contratados:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **ITEM** | **QTD** | **DESCRIÇÃO** | **R$ UNITÁRIO** | **R$ TOTAL** |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |

**CLÁUSULA SEGUNDA - FUNDAMENTO LEGAL**

* 1. O presente contrato é firmado com amparo na Lei nº 10.520, de 17 de julho 2002, no Decreto nº 5.450, de 31 de março de 2005, na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e, subsidiariamente, na Lei nº 8.666, de 1993, e ainda, no resultado da licitação promovida pelo CAU/DF, por meio do Pregão Eletrônico nº 4/2016, processo CAU/DF n° 444701/2016, realizada em XX de XXXXXXX de 2016, homologado em XX de XXXXXXX de 2016, pelo Presidente do CAU/DF, ficando todos os atos fazendo parte integrante e inseparável do presente contrato, independente de transcrição.
  2. Os atos do processo licitatório que fazem parte integrante do presente contrato, independente de transcrição, são os seguintes:

a) Edital do Pregão Eletrônico nº 4/2016;

b) Termo de Referência que instruiu o Pregão Eletrônico n° 4/2016;

c) Proposta de Preços da CONTRATADA; e

d) demais anexos e elementos constantes do Processo Administrativo do CAU/DF nº 444701/2016.

**CLÁUSULA TERCEIRA - REGIME DE EXECUÇÃO E ENTREGA**

* 1. A entrega dos materiais deverá ocorrer na sede do CAU/DF, situado na SEPS 705/905, bloco "A", sala 406, Centro Empresarial Santa Cruz, Brasília/DF, CEP: 70.390-055, no horário de expediente, das 9h00min às 15h00min, de segunda e sexta-feira, ou em outro de maior conveniência conforme notificação prévia do Conselho.
  2. Antes da impressão gráfica final de qualquer material, seja de papelaria seja de divulgação institucional, a empresa deverá apresentar, às suas expensas, prova para análise e posterior aprovação do CAU/DF, sem comprometer o prazo de entrega previsto.
  3. Para todos os materiais impressos devem ser inclusos os serviços de pré-impressão (CTP) necessários à execução do trabalho.
  4. As artes finais serão fornecidas pelo CAU/DF em CorelDraw ou em imagem/arquivo (.JPG ou .PDF) e transmitidas da maneira que for mais conveniente ao CAU/DF e à gráfica em comum acordo (FTP, CD´s, Dropbox, por meio de um representante, etc.). Elas deverão estar em alta resolução (300 dpi), ficando a cargo da empresa licitada, quando necessário, o tratamento das imagens e a sua aplicação no tamanho determinado para compor a arte final.
  5. Fica estabelecido o prazo de 15 (quinze) dias úteis para a entrega do objeto do contrato, a contar da data de entrega da arte final dos materiais de papelaria à gráfica.
  6. Após a elaboração da prova, a empresa deverá enviá-la ao CAU/DF para conferência e autorização da execução do serviço, sem comprometimento do prazo.
  7. Concluído o pedido, este deve ser entregue na sede do CAU/DF para verificação e posterior liberação do pagamento.

**CLÁUSULA QUARTA - VALOR E PAGAMENTO**

* 1. O valor total desde contrato é de R$ \_\_\_\_\_,\_\_\_ (\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_).
  2. O pagamento será realizado de acordo com o Capítulo 17 do Edital do Pregão Eletrônico nº 4/2016.
  3. Em caso de rejeição da Nota Fiscal/Fatura, motivada por erros ou incorreções, o prazo de pagamento passará a contar da data da nova protocolização do documento corrigido.

**CLÁUSULA QUINTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

* 1. As despesas decorrentes desta contratação correrão por conta dos recursos consignados no Orçamento do CAU/DF, dotações orçamentárias: n° 6.2.2.1.1.01.04.04.028 – Outras Despesas do Centro de Custo Fiscalização 2016 e n° 6.2.2.1.1.01.04.04.028 – Outras Despesas do Centro de Custo Comunicação CAU/DF.

**CLÁUSULA SEXTA - VIGÊNCIA**

* 1. O período de vigência deste contrato será de 6 (seis) meses, a partir da data da sua assinatura.

**CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

* 1. Tomar todas as providências necessárias à fiel execução do objeto deste instrumento, nas condições estabelecidas pelo Conselho.
  2. Manter, durante o período de vigência do Contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.
  3. Promover a execução do objeto dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e às recomendações aceitas pela boa técnica, observadas, especialmente, as disposições do Termo de Referência.
  4. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo CAU/DF, atendendo prontamente a quaisquer reclamações.
  5. Responder integralmente pelos danos causados, direta ou indiretamente, ao patrimônio público em decorrência de ação ou omissão de seus empregados e prepostos, não se excluindo ou reduzindo essa responsabilidade em razão da fiscalização e do acompanhamento realizado Conselho.
  6. Arcar com os ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de contravenção, seja por culpa, ou de quaisquer de seus empregados ou prepostos, obrigando-se, igualmente, a quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais ou extrajudiciais de terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da lei, ligadas à execução do objeto deste Contrato.
  7. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria.
  8. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal, relacionados à execução do objeto, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou contingência.
  9. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação do objeto deste Contrato.
  10. Aceitar, nas mesmas condições do ajuste, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto, de até 25% (vinte e cinco por cento) de seu valor.
  11. Prestar os serviços conforme o objeto declarado na proposta vencedora com eficiência, presteza e pontualidade, em conformidade com os prazos estabelecidos no contrato.
  12. Permitir que o contratante realize a fiscalização e o gerenciamento do contrato, em obediência as prescrições da norma pertinente.
  13. Zelar pela boa e fiel prestação dos serviços, objeto do contrato.
  14. Acatar as instruções e observações que emanem de fiscalização, desde que sejam exigências estabelecidas no contrato e/ou legislação pertinente.
  15. Apresentar o documento fiscal específico, discriminando todo o fornecimento das mercadorias com indicação de preços unitário e total.
  16. Fornecer os serviços ao contratante, observando rigorosamente as especificações e exigências estabelecidas no Termo de Referência.
  17. Cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.
  18. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal.
  19. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).
  20. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado pelo Fiscal de Contrato, o objeto com avarias ou defeitos.
  21. Comunicar à contratante, no prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
  22. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

* 1. Atestar a(s) Nota(s) Fiscal(is) correspondente(s), após o aceite dos serviços executados.
  2. Proporcionar condições para que a contratada possa desempenhar seus serviços dentro das normas deste documento.
  3. Notificar a contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na prestação dos serviços, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias.
  4. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital.
  5. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada.
  6. Designar representante com competência legal para proceder com o acompanhamento e a fiscalização do serviço contratado.
  7. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos.
  8. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.
  9. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.
  10. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado.
  11. Exigir a reparação dos vícios verificados, tendo em vista o direito assegurado à Contratante no art. 69 da Lei nº 8.666, de 1993 e no art. 12 da Lei nº 8.078, de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

**CLÁUSULA NONA - CESSÃO E TRANSFERÊNCIA**

* 1. É vedada a cessão ou transferência total ou parcial dos direitos e/ou obrigações inerentes ao presente contrato, por quaisquer das partes, sem prévia e expressa autorização da outra, salvo exceções constantes neste contrato, no Edital ou no Termo de Referência.

**CLÁUSULA DÉCIMA - TOLERÂNCIA E DA NOVAÇÃO**

* 1. A tolerância não enseja em novação, sendo que qualquer alteração, por mais simples que seja, deverá ser feita obrigatoriamente por ajuste escrito entre as partes, mediante Termo Aditivo.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - ALTERAÇÕES**

* 1. O presente contrato poderá ser alterado, mediante a lavratura de Termo Aditivo, conforme previsão legal do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
  2. A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme legislação vigente.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS SANÇÕES**

* 1. Se na execução do objeto deste contrato, ficar comprovada a existência de qualquer irregularidade ou ocorrer inadimplemento pelo qual possa ser responsabilizada a contratada, esta, sem prejuízo das demais sanções previstas nos artigos 86 a 88, da Lei n.º 8.666, de 1993, poderá sofrer as seguintes penalidades:

1. advertência por escrito;
2. multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação devidamente atualizado quando for constatado o descumprimento de qualquer obrigação prevista neste Contrato e/ou no Edital e/ou no Termo de Referência;
3. pelo atraso injustificado para entrega do objeto, multa de 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) incidente sobre o valor total da contratação, por dia de atraso, a ser cobrada pelo período máximo de 30 (trinta) dias. A partir do 31º (trigésimo primeiro) dia de atraso, o contrato poderá ser rescindido e a Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada; e/ou
4. multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da contratação, nos casos de rescisão contratual por culpa da contratada.
   1. A aplicação das sanções previstas no Contrato não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas na Lei nº 8.666 de 1993 e no art. 28, do Decreto nº 5.450, de 2005, inclusive a responsabilização da contratada por eventuais perdas e danos causados à contratante.
   2. A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela CONTRATANTE.
   3. O valor da multa poderá ser descontado da Nota Fiscal/Fatura ou de crédito existente na contratante, em favor da contratada, sendo que, caso o valor da multa seja superior ao crédito existente, a diferença será cobrada na forma da lei.
   4. Conforme o disposto no art. 28 do Decreto n.º 5.450, de 2005, aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar no fornecimento e/ou prestação do serviço, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e de contratar com a Administração Pública, e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no edital e no contrato e das demais cominações legais.
   5. As sanções previstas no Contrato são independentes entre si, podendo ser aplicadas de forma isolada ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.
   6. Não será aplicada multa se, justificada e comprovadamente, o atraso na entrega dos equipamentos e/ou na execução dos serviços advier de caso fortuito ou de força maior.
   7. A atuação da contratada no cumprimento das obrigações assumidas será registrada no Sistema Unificado de Cadastro de Fornecedores – SICAF, conforme determina o § 2º, do art. 36, da Lei n.º 8.666, de 1993.
   8. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções, serão assegurados à CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO**

13.1. As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no Foro do Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, salvo nos casos previstos no art. 102, inciso I, alínea “d”, da Constituição Federal.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADO.

Brasília, XX de XXXXX de 2016

|  |  |
| --- | --- |
| **CONTRATANTE**  CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO DISTRITO FEDERAL (CAU/DF)  **Alberto Alves de Faria**  Presidente do CAU/DF | **CONTRATADA**  NOME DA EMPRESA CONTRATADA  Nome do representante legal  CPF do representante legal |